

# **NOSSOS CLÁSSICOS**

## **JEAN DRESCH**

### **O RETRATO DO IMPERIALISMO EM METAMORFOSE NA OBRA DE JEAN DRESCH**

BRENO VIOTTO PEDROSA<sup>1</sup>

É impossível ler o texto “O declínio do colonialismo”, de Jean Dresch, e não se espantar. Isso porque temos um geógrafo que se dedicou principalmente à geografia física, escrevendo uma crônica em que versa com maestria sobre o tema do imperialismo.

Salta aos olhos, apesar do texto ter uma toada descritiva, a riqueza de informações e fatos. Temos que nos lembrar que esse texto muito provavelmente foi escrito durante a Segunda Guerra Mundial ou imediatamente após seu término. Dresch havia participado da resistência francesa contra o nazismo e certamente, em um cenário de guerra ou de reconstrução deve ser muito difícil se ter acesso a uma grande quantidade de informações detalhadas.

No entanto, nada disso foi empecilho para que essa crônica aparecesse, um retrato das metamorfoses do imperialismo após a Segunda Guerra Mundial. Ao fim da disputa militar entre as potências imperialistas, Dresch ressalta a posição avançada da URSS e dos EUA. Ele faz uma espécie de oposição de campos entre essas duas potências. Estava-se naquele momento, em meados da década de 1940, à beira das portas da Guerra Fria. Sua face mais agressiva se manifestaria a partir da guerra da Coreia, em 1950. No entanto, em seu texto Dresch demonstra como nem EUA, nem URSS apresentavam políticas francamente imperialistas. Elogia a posição da URSS no início e no final de sua crônica, reafirmando que seu objetivo é o fim do colonialismo, e que os comunistas teriam de alguma maneira desarticulado seu sistema colonial dando direitos de plena governabilidade aos territórios soviéticos. No auge do stalinismo, pós

---

<sup>1</sup>. Geógrafo, Mestrando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo.

Segunda Guerra, seria muito difícil ter-se uma boa noção do expansionismo geopolítico soviético, e a sua necessidade de importar o aparato político stalinista, mesmo com a dissolução da Terceira Internacional.

Já no caso dos EUA, o novo tipo de colonialismo é desmascarado através do estabelecimento das bases militares e da tutela internacional de alguns territórios. Dresch ressalta também a importância econômica das relações dos EUA e suas colônias, mesmo diante do fato da não destruição de seus territórios na guerra. Destaca o fato da independência de Porto Rico ser negada, e a indiferença do povo americano quanto à questão colonial.

Além desses elementos, a dependência entre colônias e metrópoles está explícita. Para Dresch vários impérios adotam uma política de abertura lenta dos seus impérios. Alguns, como a Inglaterra, têm uma postura que remete à dívida colonial, em que a metrópole tem a obrigação e o desejo de fazer os países periféricos se desenvolverem. Outros, como a França, veem nas colônias uma espécie de salvação. Mas, o que é mais interessante é como as formas políticas mudam, caminham em direção à liberdade e às reformas (políticas, econômicas e culturais) sem que o elo colonial se enfraqueça drasticamente. A ideia final desenvolvida é de que, apesar da vontade pública da mudança e das novas políticas e reformas coloniais, a dominação continua ainda indefinidamente. Assistimos então à formação de alguns blocos de países em que as metrópoles se colocam como participantes, mas mantêm vantagens econômicas ou políticas.

É mais ou menos nesse período que o filósofo Merleau-Ponty compara as colônias do Terceiro Mundo aos campos de trabalho forçado dos regimes totalitários. Sua postura diante da colonização e da guerra da Argélia, que aconteceria em 1954, é de que a metrópole deve pagar a sua dívida para com a colônia através do desenvolvimento<sup>2</sup>. Para Dresch, parece-nos que a independência é um elemento essencial, que permite a possibilidade da emancipação política e econômica. A guerra havia aberto uma possibilidade histórica única: havia oferecido ou reforçado a consciência nacional. A consciência nacional tem a possibilidade de florescer graças ao lapso ou ao vácuo do poder colonial provocado pela guerra. Com isso, Dresch é capaz de indicar as áreas onde a consciência se consolidou de maneira mais forte. Profeticamente fala de modo especial tanto da Argélia – em suas tendências nazistas – quando da Indochina (Vietnã) enfatizando o forte crescimento dos movimentos nacionalistas.

---

<sup>2</sup> MERLEAU-PONTY, Maurice (1991). *Signos*. São Paulo: Martins Fontes.

Alguns anos mais tarde, como vimos, surgiria a Guerra da Argélia, dando um golpe fortíssimo ao imperialismo da França, enfraquecida diante da Guerra Fria. Na Ásia, somente uma consciência nacional monolítica e a vontade da maioria do povo poderia enfrentar e derrotar os EUA na Guerra do Vietnã.

Lembremos sempre que Dresch trata a consciência nacional e a colonização em conjunto com a questão racial. As tensões provocadas pela raça das populações devem ser vistas dialeticamente. Ou seja, as tensões entre as nações ou internamente às nações – migrações – perpassam como conflito, luta ou agressão social. Como o centro do sistema capitalista vê o colonizado nesse momento? Pensamos que uma parte substancial da ideologia imperialista do “bom selvagem” ainda está vigente, produzindo esse instinto maternal de auxílio ao desenvolvimento que, na prática, nada mais é do que uma abertura para a recolonização e o ganho territorial. Parte da estratégia ideológica do século XIX permanece em pauta, com claras reformulações de regimento jurídico. Um elemento novo é a observação e a intermediação de outros países.

Mesmo que o marxismo não esteja exposto de uma forma explícita no decorrer do texto, não podemos deixar de notar a forte presença da temática do imperialismo. Devemos destacar o fato de Dresch se utilizar da ideia de necessidade de expansão ou manutenção de territórios. A divisão territorial do trabalho aparece quando Dresch indica o fornecimento de matérias-primas por parte das colônias e a comercialização dos produtos industrializados por parte da metrópole. A face marxista também aparece quando Dresch pede a presença dos delegados dos trabalhadores e quando fala sobre o poder dos trustes nas negociações internacionais. Fica evidente a referência à teoria do imperialismo de Lênin, em que, simplificada, os trustes teriam o papel central e desestabilizador da economia capitalista.

A temática do direito internacional e a nova regulação das relações internacionais apresenta-se através em sua exposição, como vimos. Dessa forma, gostaríamos de destacar que tanto o tema da geopolítica como o do subdesenvolvimento seriam nas décadas posteriores desdobrados por um grande número de geógrafos franceses, como Jean Gottman, Yves Lacoste, Raymond Guglielmo, para citar alguns. Aliás, Yves Lacoste não teve a mesma clareza ao versar sobre o imperialismo como seu orientador Jean Dresch. Ao fazer uma resenha sobre o livro *Geografia do Subdesenvolvimento*<sup>3</sup>, Suret-Canale<sup>4</sup> critica Lacoste, uma vez que este não

---

<sup>3</sup> LACOSTE, Yves (1971). *Geografia do subdesenvolvimento*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

indica diretamente que o subdesenvolvimento nada mais é do que uma reformulação do imperialismo capitalista. Portanto, para Suret-Canale, Lacoste fala de um fenômeno muito antigo sem se dar conta desse fato e de explorá-lo até as suas últimas conseqüências. Não fala, por exemplo, das diferenciações existentes entre o colonialismo do século XVI e do século XIX. Suret-Canale ainda demonstra como a ideia de subdesenvolvimento de Lacoste está embebida de um sentimentalismo para com os países pobres, o que desemboca em um posicionamento que tende mais à caridade para com os países em dificuldade do que a uma postura revolucionária. Revolucionária no sentido que não ignora o desenvolvimento desigual aliado ao imperialismo que explora a periferia do sistema capitalista. Não podemos ignorar que Lacoste teve e tem no Brasil uma ampla influência, principalmente no ensino escolar. Não podemos ignorar também o fato de que no senso comum predomina essa postura sentimentalista para com os países pobres.

Finalmente, pensamos que esse retrato da mutação do imperialismo não deve ser perdido. Não devemos somente glorificar os clássicos, mas lê-los de acordo com nosso tempo para evitar equívocos e o escamotear de fenômenos que, por vezes, pensamos só existirem em nosso tempo. Nesse sentido, acreditamos que a obra de Jean Dresch nos guarda muitas outras riquezas ainda a serem exploradas e debatidas.

---

<sup>4</sup> SURET-CANALE, Jean (1981). *Geógrape, marxiste*. In: *Espace-temps* n. 18-19-20. Paris: L'Association Espaces-temps.

## O DECLÍNIO DO COLONIALISMO<sup>5</sup>

JEAN DRESCH

Embora a opinião pública não se comova, e seja indiferente nos dois maiores grandes impérios, o da Grã-Bretanha e o da França, a questão colonial está na ordem do dia. Em San Francisco, as grandes potências adotaram os princípios definidos no acordo de confiança mútua ou *trusteeship*<sup>6</sup>.

Assim, as potências coloniais se comprometem a aplicar, vis-à-vis as populações dependentes, algumas diretivas comuns. Esse é um fato novo, de uma singular importância, revelador de uma mudança profunda na situação internacional. Em 1945, as potências coloniais cessaram mais ou menos de atuar como dominantes na política internacional. Em 1945, as duas maiores potências, os Estados Unidos e a URSS, não são potências coloniais. Elas mesmas são nitidamente anticolonialistas.

A URSS resolveu o problema colonial suprimindo-o: o império da Rússia czarista foi liquidado; todos os povos da URSS são iguais e soberanos, têm direito à independência e mesmo a se separar da federação. Eles podem até mesmo ter seu exército e sua própria representação diplomática.

Os Estados Unidos não se consideram como uma potência colonial. Sem dúvida, eles também admitem a igualdade entre brancos e a população de outras raças. Todos sabem que a situação está consolidada, nos Estados Unidos, em relação a esses últimos. Os 500.000 Índios são administrados pelo *Escritório Indígena*; a metade está nas reservas, considerados como judicialmente incapazes, e aproveitam pouco as vantagens materiais e morais da civilização americana. Os Mexicanos imigrados nos Estados do

---

<sup>5</sup> Texto originalmente publicado na seção “Crônica Colonial”, na revista *La Pensée*, sem editora indicada no volume, Paris, nº 4 da nova série, julho-agosto-setembro de 1945, páginas 95-100.

<sup>6</sup> No original temos apenas *trusteeship*, palavra inglesa que tem a conotação de confiança ou crédito, e que no contexto das relações internacionais se refere também à administração de territórios sob mandato das Nações Unidas (N.T.).

Sul e os *nikeis*<sup>7</sup>, ou nipo-americanos, são objeto de medidas especiais. Quanto aos negros, eles sempre inquietam muito os brancos, desejosos de preservar a pureza da raça; eles são socialmente e politicamente inferiores e a guerra permite aos europeus se dar conta que, se existem oficiais negros – todos os oficiais superiores estão empregados na administração – e se o mais alto grau nas unidades combatentes é de capitão, os combatentes negros constituem somente um pequeno número. E, depois, os Estados Unidos têm suas dependências cuja organização não se releva de imediato, mas que na verdade são administradas por ministérios especializados: Guam e Samoa eram administradas pela Marinha, a zona do canal do Panamá pela Guerra, as Filipinas, o Havaí, o Alasca, Porto-Rico e diversas ilhas, pelo Ministério do Interior. Mas, para os americanos, isso não é um império; são antes de mais nada bases estratégicas. De resto, eles prometeram a independência às Filipinas; o Alasca vai se tornar o 49º Estado, e discute-se sobre a emancipação futura de Porto-Rico: alguns queriam anexar a ilha, enquanto o Presidente do Senado porto-riquenho depositou em Washington um projeto de emancipação. Além disso, muitos dos americanos protestam porque em Guam e Samoa os oficiais da marinha administram o país como um navio de guerra e as assembléias nativas<sup>8</sup> possuem somente voz consultiva. Os porto-riquenhos, apesar das despesas com a ordem social que passam dos milhões, não se declaram satisfeitos com sua situação material, falam cada vez menos o inglês, e cada vez mais o espanhol. A opinião pública americana se interessa verdadeiramente pouco sobre esses países, mas se manifesta com vigor contra os abusos cuja imprensa publica complacientemente a propósito dos impérios inglês, francês, holandês, belga. Personagens oficiais, como Sumner Welles, em um livro (*A hora da decisão*) e nas conferências, jornalistas e professores, sustentam a causa dos povos que querem se emancipar economicamente e politicamente. Em virtude da Carta do Atlântico<sup>9</sup>, se faz alarde em torno de um livro de W. E. Burghard du Bois, intitulado *Cor e democracia, colônia e paz*, em que o autor ressalta o perigo que correm os impérios coloniais na paz e o absurdo de considerar a democracia como privilégio de 9.000.000 de Holandeses, de 40.000.000 de

---

<sup>7</sup> Termo da língua japonesa que se refere aos imigrados ou aos seus descendentes nascidos fora do Japão. (N.T.).

<sup>8</sup> *Indigène* no original. (N.T.)

<sup>9</sup> A Carta do Atlântico foi um documento elaborado na Conferência do Atlântico no ano de 1941, na Argentina. Nesse documento Churchill e Roosevelt estabelecem metas e princípios para o mundo pós-guerra, mesmo com os EUA ainda oficialmente fora do conflito militar. Entre as normas há um ponto que detém a busca por ganho territorial e outro que garante a autodeterminação das pessoas. (N.T.)

Franceses, de 50.000.000 de Ingleses, que dependem de 67 milhões de Indonésios, ou de 65 e 450 milhões de indígenas espalhados pelo mundo.

\*

\* \*

A favor dos eventos, as populações dependentes, cada vez mais numerosas, desenvolvem realmente a consciência nacional. No Extremo-Oriente, enquanto a China, em guerra com o Japão, sofria o abandono dos privilégios das potências estrangeiras, numerosos povos procuraram e procuram aproveitar os fracassos ingleses, franceses e holandeses. Os japoneses utilizaram as tendências nacionais para construir a grande Ásia. Eles constituíram os governos nacionais colaboracionistas nas Filipinas, em Annam, no Cambodja, em Luang Prabang e na Birmânia. Sem dúvida as populações que foram assim libertadas se dão conta rapidamente da vaidade de tais liberdades e que elas não ganham nada vendo mudar a cor da pele de seu mestre. Mas, contudo, elas não querem retornar ao jugo de antes. O exemplo da Birmânia é sugestivo. Os numerosos grupos, incluindo o partido comunista, estão unidos em uma organização antifacista que utilizou as armas fornecidas pelos ingleses para constituir um bloco e lutar contra o invasor do lado dos ingleses. Mas, agora que eles estão libertos, eles se apegam à participação na gestão administrativa e econômica de seu país e não se mostram totalmente satisfeitos com o projeto de reformas elaborado pelos ingleses. Na Malásia, os nacionalistas tratam de agrupar em uma república malaia os quatro Estados federados, os cinco Estados malaios não federados, o Estado de Sarawak em Bornéu e até mesmo a companhia de frete de *North Borneo* e os estabelecimentos de colonização; os próprios sultões pedem reformas. O Ceilão pede de sua parte um auto-governo<sup>10</sup>, enquanto nas Índias, a liga muçulmana e os partidos do Congresso fracassam durante a recente conferência de Simla, frente aos projetos do lorde Wavell. No Oriente Próximo, o fim da guerra provoca uma retomada dos movimentos nacionalistas: o congresso sionista de Londres se pronunciou a favor de uma retomada da colonização judaica e da criação de um Estado palestino, e provocou protestos da liga árabe. Enquanto isso, o Egito requer oficialmente uma revisão antecipada do tratado que o enlaça com a Inglaterra, e recoloca a questão do Sudão anglo-

---

<sup>10</sup> *Self-government* no original (N.T.).

egípcio. Na África negra se assiste menos aos movimentos políticos e mais às reivindicações sociais. Os nacionalismos aparecem no objetivo não somente de dar, na medida do possível, a África aos africanos, mas também de reagrupar as populações dissociadas frente às fronteiras políticas absurdas. É assim que os Ashanti da Costa do Ouro reclamam a anexação da Indénie e dos Baoulé da Costa do Marfim, e visam mesmo os Ewe do Togo. Mas do Natal ao Quênia, os “africanos” protestam sobretudo contra a extensão da colonização branca sob a dependência de suas “reservas” e os hindus, por sua vez, demandam a abolição das medidas limitando sua atividade comercial. Por todos lugares os africanos se organizam para obter aumentos de salário e igualdade entre africanos e europeus; eles utilizam a imprensa na Costa do Ouro e Nigéria, sendo que este último país, recorreu à greve, proclamada em julho pelos trabalhadores especializados em estradas de ferro, nos correios e nos serviços públicos.

Se esses problemas são particularmente complexos e típicos no Império inglês porque ele é o mais extenso e o mais variado, o mesmo ocorre nos outros impérios. Em Madagascar e na África negra francesa, os mais progressistas percebem cada vez mais intensamente o papel fraco que eles e seus congêneres dispõem na administração, e o esparso aproveitamento que se obtém da atenção dada ao seu país. Eles estão condenados a fornecer as matérias-primas agrícolas ou minerais em regiões que a metrópole não procura industrializar, e mão-de-obra barata, apesar de sua raridade, para as empresas europeias. A Indochina é um caso à parte onde, sem dúvida, os eventos terão criado uma situação comparável àquela da Birmânia. É somente na África do Norte que houve com gravidade, em alguns momentos, movimentos equivocados, estranhamente apoiados de forma oculta pela alta administração pró-fascista e pelos “cem senhores” da grande colonização, que sonham com uma Argélia separatista, Versailles da França. As populações da Argélia votaram em massa, na medida em que podiam participar das eleições municipais e dos cantões, a favor das reformas democráticas e da união com o povo da França a serviço do progresso.

\*

\* \*



Movidos por uma comoção nacionalista, muito mais profunda e generalizada que aquela que veio após a guerra de 1914-18, e pelo mau sentimento que os políticos colonialistas imprimiram fortemente, os governos das potências imperialistas prepararam planos de reforma. A guerra era a luta das potências democráticas inspiradas pela Carta do Atlântico contra o facismo. Também dever-se-ia conceder às populações dependentes as reformas democráticas suscetíveis à elevação do seu nível de vida. A Inglaterra tentou constituir com os hindus um governo de líderes políticos que deteriam todos os ministérios, mas não o comando de tropas, e prometeu frouxamente o status de domínio à Birmânia. Esse país se mostra favorável a uma má união e aceitou a constituição de uma comissão anglo-americana do Caribe destinada a garantir o bem-estar econômico e social das populações. Ela se dedica a agrupar em uma união as Antilhas britânicas, e prepara ainda um novo status para a Nigéria. Na Terra Nova, alargou-se um pouco por todo lugar os poderes das assembleias locais, onde é acolhido um maior número de indígenas, criaram-se nas grandes cidades os conselhos municipais; na África negra, o *Colonial Office* se opõe aos desejos manifestados pelos brancos, tendendo a aproximar os territórios africanos, enfatizando o papel de liderança da Coroa (através da convocação de uma conferência britânica pan-africana, reunião dos rodesianos e da Niassalândia<sup>11</sup>). Supõe-se, com efeito, que os colonos que controlam a administração, desde o Quênia até a África Sul-africana, procuram por esse meio se oporem à política de proteção dos indígenas praticado pelo governo de Londres. Com efeito, mais do que nunca o governo considera que o Império deve ser uma *commonwealth* de populações reunidas pela fidelidade à Coroa: a Inglaterra está diminuída diante dos Estados Unidos e da URSS; ela deve se debruçar sobre seu império.

O governo provisório francês também anunciou e preparou reformas. Desde o começo de 1944, a conferência de Brazzaville adotou uma série de “recomendações” aplicáveis à África negra e a Madagascar. A conferência rejeita a constituição de auto-governos<sup>12</sup>, contrariamente às tendências inglesas. Ela é antes de mais nada a favor da assimilação; sobre

---

<sup>11</sup> Atual Malawi. (N.T.)

<sup>12</sup> Self-governments (N.T.).

o plano político se atribui uma representação mais ampla às colônias para com o poder central metropolitano, tudo de acordo com mais liberdades e direitos políticos estendidos aos nativos no seu próprio país e, com isso, aumentando os poderes das assembleias locais; sobre o plano social fazem-se evoluir os costumes, estendendo o ensino que será dado em língua francesa, instituindo a liberdade do trabalho; sobre o plano econômico adota-se uma política que põe em destaque o valor racional dirigido pela metrópole. Temos ainda poucas realizações; notamos sobretudo um código de trabalho inspirado da legislação metropolitana. Antes da libertação da Indochina o governo, por sua conta, publicou um projeto de reforma política: a Indochina tornar-se-ia um Estado federal agrupando Estados autônomos, Cochinchina, Tonkin, Annam, Cambodja e Laos; esses Estados serão representados em um governo federal que será composto, fora o Governador geral, por uma assembleia eleita através de um conselho de Estado e de um conselho de ministros; em outras palavras, “as liberdades democráticas formarão a base das leis indochinesas”; o Estado federal, ele próprio autônomo do ponto de vista econômico, será integrado na União francesa. Em seguida retorna-se aos métodos de força. No Marrocos e na Tunísia, os planos de reforma foram elaborados; ele tem por objetivo assegurar uma maior participação dos tunisianos e dos marroquinos na gestão das questões públicas, de desenvolver o ensino, de reformar a justiça, de proteger os camponeses, agrupá-los, aperfeiçoar suas técnicas e ajudar nos trabalhos de hidráulica agrícola. Na Argélia, enfim, segue-se o discurso pronunciado pelo general De Gaulle em Constantine, a ordem de 7 de março de 1944 afirmou a igualdade entre muçulmanos e não-muçulmanos. Isso facilitou o acesso dos muçulmanos à cidadania francesa, estendendo a representação dos muçulmanos nos conselhos, prevista na reforma das delegações financeiras, e em outras reformas administrativas, religados em favor dos trabalhadores assalariados e dos camponeses. Os territórios de além-mar estavam reunidos em uma comunidade francesa agrupando a metrópole e certas colônias ou, melhor ainda, em uma União francesa agrupando conjuntamente França, colônias e Estados vindos de um regime autônomo, e cujo cimento seria feito de estima e confiança mútuas. Assim, a França trêmula e enfraquecida seria mais do que nunca salva pelo seu Império. Essa é a teoria.

Essa raiva das reformas se manifesta também dentro de outros impérios, e os exemplos a esse respeito poderiam ser multiplicados. Ao mesmo tempo, a Bélgica objetiva fazer seu Congo acessar progressivamente ao auto-governo<sup>13</sup> sob o plano tribal, municipal e geral. A Holanda prevê igualmente para as Índias holandesas um regime de domínio, aceitando mesmo a ideia de independência e, esperando-se que se preparem profundas reformas econômicas. Ela já realizou algumas reformas nas suas Antilhas, e se preocupa agora, em reunir numa federação suas terras dispersadas.

\*

\* \*

Assim, as potências coloniais se dispunham a afrontar as reuniões internacionais e as críticas severas das potências anticolonialistas. Sendo assim, os planos sempre deixavam de receber o acolhimento entusiasmado das populações que foram consultadas. Os delegados puderam se apresentar com a consciência tranquila e os servidores, plenos de projetos, aceitaram o princípio de organização regional e de uma organização internacional, confiada não somente à gestão dos territórios retirados dos Estados fascistas vencidos, mas à toda tutela dos territórios dependentes das potências coloniais, princípio admitido na conferência de Dumbarton Oaks e na reunião de Yalta.

A conferência de San Francisco tornou esse princípio mais preciso. Mas não estamos surpresos que a redação dos acordos de confiança<sup>14</sup> foram ocasião de discussões severas. As duas potências anticolonialistas não estão de acordo sobre o objetivo a alcançar. A URSS apresenta um projeto que tende a admitir o direito à auto-determinação<sup>15</sup> e à independência dos povos dependentes – projeto conforme a sua política nacional e democrática a que renuncia somente para que não se provoque um fracasso irreversível. Os Estados Unidos foram felizes ao mostrarem um caminho proclamando a independência das Filipinas e pressagiando a

---

<sup>13</sup> *Self-government* (N.T.)

<sup>14</sup> *Trusteeship* no original (N.T.).

<sup>15</sup> *Self-determination* no original (N.T.).

de Porto Rico. Mas os reacionários sustentados pela imprensa Hearst não participam, a menos que sejam conservadas as bases estratégicas no Pacífico, que eles não querem submeter nem ao direito de auto-determinação<sup>16</sup> dos nativos, nem à tutela internacional. Eles não se entendem com a Inglaterra, que não admite abandonar a responsabilidade de dirigir os povos de seu império em direção ao bem-estar e ao auto-governo<sup>17</sup>. Quanto à Holanda e à França, elas não querem abrir mão de sua autoridade nem deixar as potências mais afortunadas assegurarem a afirmação dos territórios conquistados. Nas discussões interviram os representantes de todas as potências presentes, tenham elas impérios ou não, agindo por princípio como os Estados sul-americanos, ou para se proteger, como os Estados da Liga árabe. Acrescentamos que não tomaram parte da conferência de maneira incisiva nem competências coloniais nem, naturalmente, delegados das populações dependentes.

O texto de *Trusteeship*, redigido nessa confusão, também é muito decepcionante. Um tipo de preâmbulo prevê que as potências que administram os territórios de populações dependentes devem favorecer ao máximo possível sua prosperidade. Mas não é relevante a questão da independência, termo que aparece somente timidamente nos artigos ou expõe o regime internacional da tutela. O texto insiste primeiramente nas liberdades fundamentais, igualdade de raça, etc., igualdade entre tutores e as outras nacionalidades. O regime de tutela se aplicará aos mandatos, aos territórios tomados do inimigo, aos “territórios voluntariamente colocados sob esse regime pelos Estados responsáveis por sua administração”. Mas é claramente dito que não são modificados os direitos de nenhum Estado e nenhum povo, e que, ao contrário, são previstas zonas estratégicas submetidas não somente ao Conselho de Tutela, mas também ao Conselho de Segurança. Além disso, o Conselho de Tutela se constitui em igual número pelos representantes das Nações Unidas que administram e os que não administram os territórios sob tutela. Eles se contentam em examinar as relações, receber as petições, fazer proceder as visitas. Não há nada que possa inquietar uma potência colonial. Assim o texto está por sua vez muito preciso e muito vago para que cada um se declare satisfeito. O delegado americano tinha razão ao ressaltar que ao final era somente um documento: “devemos insuflá-lo de vida”.

Podemos nos espantar, sobretudo, com as lacunas do acordo. Se o sistema colonialista está pronto para crítica, é porque adquiriu sua

---

<sup>16</sup> *Self-determination* no original (N.T.).

<sup>17</sup> *Self-government* (N.T.)

perfeição com o apogeu do sistema capitalista. O espírito do pacto colonial não morreu, contudo, reduz a colônia ao papel de fornecedor de matérias-primas e o colonizado ao papel de proletário colonial.

A brutalidade da exploração é sempre um elemento a se temer nas colônias. Ora, ninguém falou, a propósito da *trusteeship*, da distribuição de matérias-primas nem da organização econômica do mundo. Os delegados da França, agora enfraquecidos, colocaram bem essa questão. Mas eles são necessariamente contrários, sobretudo a Grã-Bretanha, desejosa de reservar ao menos os recursos de seu império e de constituir os agrupamentos regionais onde ela estará sempre presente. E se, nos Estados Unidos, as vozes que se elevam pedem, de uma forma ou de outra, que seja internacionalizada a exploração de matérias-primas, do petróleo, em particular, e, desde o fim da guerra, do urânio, os trustes são ainda muito poderosos para não tentar fazer prevalecer a ideia de um imperialismo econômico. Os trustes, com efeito, não foram questão em San Francisco, pois não se encontravam delegados trabalhadores ... Também não espanta o fato de que o texto sobre a *trusteeship* passe em silêncio sobre os procedimentos que permitirão assegurar o bem-estar das populações dependentes. Ele abordou a questão das reformas econômicas e sociais não somente nas colônias, mas ainda e sobretudo nas metrópoles. Apesar de uma boa vontade louvável por parte dos delegados que adotam voluntariamente uma atitude paternalista, deve-se reconhecer que, se foram unânimes em condenar o colonialismo, eles não quiseram, em sua maioria, adotar a via das reformas definitivas.